

# MEMÓRIAS DA USINA DE TRATAMENTO DE LIXO DE ESTRELA (RS): UM ESTUDO EM MEMÓRIA SOCIAL

Marco Aurélio Wermann<sup>1</sup>

Maria de Lourdes Borges<sup>2</sup>

Ingridi Vargas Bortolaso<sup>3</sup>

**Resumo:** Este artigo objetivou construir memórias por meio de um diagnóstico sobre o tratamento dos resíduos na Usina de Tratamento de Lixo (UTL) de Estrela (RS) sob a perspectiva da memória social. A metodologia qualitativa foi utilizada no estudo de caso da UTL por meio de sete entrevistas e análise documental. Os resultados denotam a presença de uma marca negativa na memória coletiva da comunidade no que se refere ao histórico de como a sociedade lida com a UTL, a qual se encontrava fragilizada, sem atenção do poder público. Memórias invisibilizadas de trabalhadores emergiram ao lado de evidências de descaso do poder público, caracterizando uma temática sensível, envolvida por silêncios e esquecimentos para a coletividade de Estrela.

**Palavras-chave:** Memória Social; Resíduos Sólidos; Usina de Tratamento de Lixo; Meio ambiente.

**Abstract:** This article aimed to build memories through a diagnosis about the waste treatment in the Waste Treatment Plant (UTL) of Estrela (RS, Brazil) from the perspective of social memory. The qualitative methodology used in the case study of the UTL by means of seven interviews and document analysis. The results denote the presence of a negative mark in the collective memory of the community regarding the history of how society deals with UTL, which weakened, without attention from public authorities. Invisibilized memories of workers emerged alongside evidence of neglect by the government, characterizing a sensitive theme, involved by silences and forgetfulness for the collectivity of Estrela.

**Keywords:** Social Memory; Solid Waste; Waste Treatment Plant; Environment.

---

<sup>1</sup> Universidade La Salle. E-mail: maw.wermann@gmail.com,  
Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1833703548199249>

<sup>2</sup> Universidade La Salle. E-mail: prof.marialborges@gmail.com.  
Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6648365044430661>

<sup>3</sup> Universidade La Salle. E-mail: ingridibortolaso@gmail.com.  
Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1382249115341464>

## Introdução

A reunião de várias lembranças de indivíduos diferentes pode ajudar a reconstruir as memórias do coletivo, embora estas (memórias) não sejam suficientes para a reconstrução da memória individual (HALBWACHS, 1968). Segundo Halbwachs (1990), a memória social é apenas um dos aspectos da relação entre sociedade e memória. Conforme o mesmo relata, a memória individual é uma manifestação singular do coletivo, sendo o caráter social da memória uma indicação de que a mesma é coletiva.

Halbwachs (1968) aponta que é necessário perceber a singularidade da memória individual, mesmo que sua constituição tenha origem social. Em seus estudos, o sociólogo destaca que a memória coletiva pode se referir tanto à memória de toda sociedade, bem como à de grupos sociais restritos. Sendo assim, conforme Halbwachs (1990), a memória coletiva se constitui das mais variadas memórias individuais, sob determinado ponto de vista, sendo que essa visão se altera de acordo com o lugar ocupado por quem a descreve ou reconstrói de quem a descreve.

Outro autor que trata do tema é Pollak (1992). Ele avançou a partir das ideias de Halbwachs, colocando que a memória se constitui numa leitura individual, sendo intrínseca a cada pessoa. Ainda, Pollak (1992) menciona ainda que em relatos de pesquisas de história de vida, muito prolongados, os entrevistados voltam invariavelmente a contar as mesmas memórias, o que denota, para o autor, certa cristalização de determinados acontecimentos, tornando isso parte do próprio sujeito ou do grupo que experimentou tal vivência.

Portanto, no intuito de abordar as memórias sobre uma Usina de Tratamento de Lixo (UTL), remeteu-se aos estudos de Halbwachs (1990), Pollak (1992) e Gondar e Dodebei (2005). De modo mais específico, ao se pensar a respeito do contexto da UTL de Estrela, entende-se que, nos seus 20 anos de existência, muitas pessoas contribuíram e agregaram conhecimento, permitindo que a UTL pudesse manter suas atividades. Ao se considerar que as memórias e lembranças são construídas, e que as mesmas se relacionam aos locais onde as pessoas vivem e interagem (POLLAK, 1992), tem-se presente que esse ponto é essencial para o presente estudo, uma vez que o foco é o contexto da UTL de Estrela, o que evoca informações, lembranças e percepções sobre os resíduos a partir dos indivíduos entrevistados e documentos estudados.

Cabe ressaltar que, por muito tempo, os resíduos eram tratados popularmente pela expressão "lixo". No entanto, após a promulgação da Lei nº 12.305/2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), essa interpretação passou a ser vista de maneira distinta, sendo que a referência a lixo passou a ser dada a tudo aquilo que não possui mais utilidade, enquanto resíduos são entendidos como algo de valor a ser reutilizado (BRASIL, 2010).

Com o advento da PNRS, criaram-se novas responsabilidades para toda a sociedade brasileira e, em especial, para o setor público municipal, que passou a ter o compromisso com a exigência de uma nova lógica de acondicionamento

dos resíduos e de descarte correto dos rejeitos: dar destino a tudo aquilo que não pode mais ser reciclado ou reutilizado (SCHWANTZ *et al.*, 2019; BONATO *et al.*, 2021). As empresas tornaram-se responsáveis por seus resíduos, sendo criada a Política Reversa, dentro da Lei 12.305/2010, na qual as mesmas são obrigadas a dar destinação a produtos como óleos, pneus, lâmpadas, pilhas, baterias, entre outros (BRASIL, 2010).

A PNRS representou um marco inovador no Brasil no que se refere aos objetivos, metas e princípios para a gestão de Resíduos Sólidos Urbanos. Ela estabeleceu uma política pública importante para avançar na questão, mas esbarrou em problemas para a sua implantação, especialmente nos municípios brasileiros de pequeno porte, tais como falta de verbas e problemas de gerenciamento (MAIELLO; BRITTO; VALLE, 2018; BRITO *et al.*, 2022).

Em Estrela, após uma queda por três anos consecutivos, entre 2015 e 2017, o recolhimento de lixo voltou a crescer no ano de 2018, chegando em 6,13 mil toneladas. No ano de 2019 foram coletadas 6,28 mil toneladas, tendo uma média diária de 17,4 toneladas, considerando dias úteis, feriados e fins de semana. Por mês, a quantidade recolhida alcançou uma média de 523,4 toneladas. Todo o lixo que entra no aterro é triado (SOUZA, 2019) na UTL. Diante desta situação, o contexto empírico deste estudo envolve um diagnóstico a respeito do tratamento dos resíduos sólidos no Município de Estrela/RS, especificamente no que se refere à operação da UTL no seu período final (aproximadamente de 2018 a junho de 2020, quando a Prefeitura anunciou o seu fechamento).

Observa-se que, para a compreensão do contexto do tratamento dos resíduos sólidos no Município de Estrela, os estudos em memória social podem ajudar como contexto teórico deste estudo. Sendo assim, o objetivo deste estudo foi construir memórias por meio de um diagnóstico sobre o tratamento dos resíduos na UTL de Estrela, sob a perspectiva da memória social. Torna-se importante salientar que o diagnóstico apresentado neste estudo constitui o produto final para o Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais. Este estudo e produto final estão coerentes com a Linha de Pesquisa Memória e Gestão Cultural, a qual estuda elementos de gestão de resíduos e sustentabilidade.

## **Fundamentação teórica**

Esta sessão de fundamentação teórica propõe uma aproximação entre os campos de memória social e de sustentabilidade, abordando a política de resíduos sólidos urbanos.

### ***Memória social***

Memória diz respeito aos fenômenos em que as relações entre os sujeitos ocorrem em comunidade e se relacionam ao passado e ao presente. Por

Revbea, São Paulo, V. 18, Nº 3: 384-399, 2023.

um longo período a concepção de memória permaneceu atrelada ao universo mítico e metafísico, sendo que ter lembranças significava uma “*dádiva ou uma doação dos deuses*”. Rememorar significava conectar-se a uma instância mágica e superior, e que permita acessar a “*morada divina*” (GONDAR; DODEBEI, 2005, p. 55).

Conforme Halbwachs (1990), não é possível haver memória individual sem memória coletiva. Porém, a memória individual é importante para a criação de uma memória coletiva. Para o sociólogo, o viver em comunidade, dividindo ideias, promovendo discussões, compartilhando emoções gera, aos poucos, uma memória coletiva, pois são as várias memórias individuais que criam a identidade de um determinado grupo. Essa dinâmica suscita a reflexão sobre a relação estabelecida entre a comunidade e as questões associadas à UTL de Estrela, foco empírico deste trabalho. Assim, pode-se pressupor que as memórias sobre os resíduos são sempre coletivas, uma vez que, mesmo nos acontecimentos pertencentes apenas a si mesmos, há em torno das pessoas um enorme plantel de outros indivíduos e situações que levam a certos atos e desfechos.

Outro aspecto dentro deste contexto refere-se à memória com relação aos ressentimentos, uma vez que a temática dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) pode ser considerada como sensível. O tema traz aspectos interessantes, inicialmente apontados por Nietzsche, que separa o ressentimento dos dominados (marcado pela fraqueza) e dos dominantes (desprezo pela revolta dos dominados) (SANTOS *et al.*, 2018). Segundo Konstan (2001), ressentimento pode ser entendido como uma atitude mental, que tem como fonte uma repressão de emoções e afetos (considerados normais ou inerentes à natureza humana, tais como vingança, raiva, ódio, inveja, desprezo), o que acarreta a atribuição de juízos de valor incorretos.

Sobre o tema das lembranças, retorna-se a Halbwachs (1990), pois para ele, podem-se reconstruir lembranças a partir do convívio em grupo, ou seja, ao se recuperar cenários do passado através da rememoração junto a outras pessoas. Para Halbwachs (1990), a memória se configura como um mecanismo social e coletivo, ao afirmar que a percepção das memórias pode ser rememorada não somente de forma individual, mas através das lembranças de outras pessoas.

Halbwachs (1990) define que a memória individual leva em conta a referência que o sujeito possui dentro de determinado grupo, e que se refere a uma interpretação de dada memória, de acordo com a relação do indivíduo com o ambiente e com a forma como se coloca junto ao mesmo. Ainda segundo Halbwachs (1990), ao juntar-se as memórias individuais, consegue-se construir algo mais complexo e exato, como se as várias lembranças conjuntas construíssem um mosaico mais próximo da realidade, que seria a soma das percepções dos momentos já vividos por um coletivo. Sendo assim, a memória coletiva cria laços afetivos em virtude de um passado comum, constituindo assim significados e valores próprios para determinado grupo social.

Por sua vez, Gondar e Dodebei (2005) relatam que, no século XIX já se teorizava sobre memória social, também definindo que a memória não era uma construção individual. Conforme as autoras, a publicação denominada “Genealogia da Moral” já retratava que a memória surge como fator dos acontecimentos sociais, sendo desenvolvida através das experiências coletivas. Ainda, Gondar e Dodebei (2005, p.60) descrevem ainda que “*nos primórdios da civilização, o indivíduo, o animal humano, é um bicho que esquece permanentemente*”. Assim sendo, “*consciência e memória são frutos tardios*” (GONDAR; DODEBEI, 2005, p.61), pois não são inerentes ao ser humano quando se nasce. Não é da natureza humana lembrar e, conforme descreve a teoria nietzschiana, “*o condicionamento social é que produz a geração de memória através da imposição de lembranças*” (GONDAR; DODEBEI, 2005, p. 51).

Seguindo os pressupostos de Halbwachs, Pollak (1992) avança, colocando que a memória se constitui numa leitura individual, como sendo intrínseca à pessoa. O autor também cita relatos de pesquisas de histórias de vida de pessoas, que por serem muito prolongadas, os entrevistados voltam invariavelmente a contar as mesmas memórias, o que denota uma cristalização de determinados acontecimentos, tornando isso parte do sujeito ou do grupo que experimentou tal vivência. Ainda, para Pollak (1992), pode ocorrer um fenômeno de projeção e de identificação com algum aspecto do passado, a partir da socialização política ou histórica, a ser chamada de memória herdada. E mais, conforme Pollak (1992), as memórias individual ou coletiva são referenciadas pelos acontecimentos vividos pessoalmente ou aqueles “vividos por tabela”, acontecimentos estes vivenciados pelo grupo a que o indivíduo pertence.

Gondar e Dodebei (2005) descrevem que ocorrem escolhas que definem quais memórias serão guardadas, denotando assim um caminho, uma lógica a ser seguida. Isso ocorre porque, segundo Gondar e Dodebei (2005) e Geber, Souza e Campos (2022), a concepção por detrás da memória social implica em uma escolha entre o que conservar e o que interrogar. Tal escolha não ocorre em vão, pois nela há uma aposta, ou seja, uma intencionalidade que se refere ao amanhã.

De acordo com esta visão da memória social, existe uma intenção na forma de lembrar ligada a um objetivo, o que caracteriza um movimento político e ético das rememorações. Por isso, para Gondar e Dodebei (2005, p.17), “*o conceito de memória, produzido no presente, é uma maneira de pensar o passado em função do futuro que se almeja*”. Sendo assim, as memórias, segundo Gondar e Dodebei (2005), são uma construção de interesse coletivo ou de determinados grupos, os quais, através da técnica, direcionam os estudos e as perguntas, de modo que o resultado final seja aquele mais próximo da verdade ou da memória social que querem fazer prevalecer e eternizar.

Segundo Halbwachs (1990), a memória individual é importante para a criação da memória coletiva. Quando a pessoa se encontra em comunidade, ela está constantemente dividindo ideias, discutindo, se emocionando, o que,

lentamente, vai gerando uma memória coletiva, uma vez que a memória individual vai criando uma identidade em um grupo.

### ***Resíduos Sólidos Urbanos***

Nas últimas cinco décadas observou-se no Brasil um grande fluxo migratório interno. O país passou de uma população eminentemente rural para um país predominantemente urbano, conforme dados do censo realizado pelo IBGE em 2010, onde cerca de 85% da população vive nas cidades. Este crescimento urbano não foi acompanhado pela implantação de infraestrutura e pela ampliação dos serviços urbanos, principalmente no que se refere aos serviços públicos de abastecimento de água, saneamento básico, coleta e tratamento de esgoto, drenagem urbana e da gestão dos resíduos sólidos.

A aprovação de novas legislações produziu no país um arcabouço legal, o qual criou marcos regulatórios de gestão, através das leis de resíduos sólidos e de saneamento básico (MMA, 2012). De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR, 2019), através do Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos – 2017, 98,8% dos resíduos sólidos da população urbana são recolhidos através da coleta domiciliar e 91,7% da população total do país tem cobertura desse serviço. Contudo, revela-se que somente 64,2% dos resíduos domiciliares eram encaminhados para aterros sanitários, mostrando que os municípios no Brasil possuem locais de destinação inadequada de resíduos, encaminhando para lixões e aterros controlados. A forma mais adequada para acondicionamento dos resíduos na atualidade é o aterro sanitário.

Um estudo sobre resíduos sólidos, realizado sobre os dados de 2017, indicou que a geração de lixo e a destinação inadequada de resíduos aumentaram no país em relação a 2016. Em 2017, gerou-se no Brasil um total de 78,4 milhões de toneladas de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), chegando-se a um volume per capita de 378 kg/ano, o que representou um crescimento de 1%. O referido estudo também apontou que a quantidade coletada de resíduos sólidos aumentou em 1,25%, tendo sido destinadas 196.050 toneladas por dia, tendo a coleta sido realizada em 91% do país. Ainda assim, o estudo mostra que 7 milhões de toneladas de resíduos não tiveram destinação correta (ABRELPE, 2018).

Portanto, apesar do período de crise econômica vivenciado entre 2016 e 2017, ocorreu um incremento na geração de resíduos, com a população descartando mais materiais. Conforme relata o Panorama de 2017, a destinação dos resíduos dada pelos municípios permaneceu inalterada, sendo que 59,1% do volume coletado foi alocado em aterros sanitários; em contraponto, aproximadamente 29 milhões de toneladas foram depositadas em lixões e aterros controlados no período estudado, indicando um acréscimo de 1% nas destinações irregulares. Desse 1%, o maior aumento percentual foi dos lixões, com 3% de crescimento, onde se constatou que mais de 1.600 municípios do

país depositaram seus resíduos desta forma. Por meio destes dados é possível verificar que o Brasil está à beira de uma "epidemia", pois o descarte de resíduos em lixões está se tornando um problema cada vez mais complexo e caro de ser revertido, tanto em termos financeiros quanto em termos ambientais (ABRELPE, 2018).

Em 2017, de acordo com o IBGE (2018), através do levantamento do Perfil dos Municípios Brasileiros: Saneamento Básico, dos 5.770 municípios brasileiros, 2.314 municípios, ou seja, 41,5% haviam elaborado o seu Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB). Os dados do IBGE (2018) mostram ainda que dentre as regiões que mais realizaram a implementação de PMSB, destaca-se a Região Sul, com 72,9%, em detrimento da região Nordeste, com apenas 15,2%. Além disso, os estados com maior destaque no implemento de seus PMSB foram Santa Catarina, com 87,1% e o Rio Grande do Sul, com 75,5%. Na outra ponta, conforme o relatório, encontram-se os estados do Maranhão, com 8,3%, e de Alagoas, com 9,8%. Ainda, conforme o levantamento do IBGE (2018), os Planos devem abranger os quatro serviços de saneamento básico. Em 2017, 69,1% dos municípios pesquisados cumpriram a meta de abrangência destes serviços, preconizados no § 1º do Art. 25 do Decreto n. 7.217 (BRASIL, 2010).

Verifica-se que apenas 41,5% dos municípios no Brasil possuem PMSB e, como agravante, somente 69,1% desses cumprem a legislação na sua íntegra, o que perfaz um índice de apenas 28,68% dos municípios que cumprem a Legislação Federal. Os resíduos em geral, e principalmente os resíduos sólidos no Brasil, passaram a ter outro tratamento depois de 2010, abandonando a referência ao termo "lixo" até a edição das Leis e Normas que tratam desta temática, mas, principalmente, após a edição do Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), através da Lei 12.305/2010 (BRASIL, 2010). Com a publicação da PNRS, devido à estipulação de prazos para os gestores públicos e à maior discussão com a sociedade civil organizada, as comunidades em geral passaram a ter uma nova compreensão sobre o tema dos resíduos sólidos.

Segundo Maiello, Britto e Valle (2018), a PNRS foi um marco para a instituição de objetivos, metas e princípios para a gestão de Resíduos Sólidos Urbanos no Brasil, a qual foi uma política pública fundamental para o avanço das ações em relação à questão. Embora seja uma política pública inovadora, a mesma apresenta problemas para sua efetiva aplicação, que vão desde os poucos orçamentos até a pouca capacidade institucional e de gestão dos municípios brasileiros.

Os resíduos podem ser reciclados, criando um mercado para geração de renda e, ao mesmo tempo, ajudando a diminuir os impactos socioambientais negativos, pois de acordo com relatório do IPEA (2013), no Brasil, a reciclagem é um mercado que possui enorme espaço de crescimento e se constitui num ramo produtivo em expansão. De acordo com Gonçalves et al. (2013), no Brasil, há muitos trabalhadores que catam materiais recicláveis e que estão sem a guarda de políticas públicas, principalmente em municípios de pequeno porte.

Em 2004, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) publicou uma nova norma, classificando os resíduos sólidos quanto aos riscos ao meio ambiente e à saúde pública, chamada de NBR 10004:2004. Também, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), no ano de 2012, publicou a Instrução Normativa (IN) IBAMA nº 13 de 18/12/2012, onde consta a definição de resíduos sólidos. Além disso, no Rio Grande do Sul (RS), a Lei nº 9.921, de 27 de julho de 1993, conceitua os resíduos sólidos.

Nota-se que as leis e normas produzidas nesse período possuem praticamente a mesma grafia, com o intuito de definir conceitos e balizar uma política pública de resíduos sólidos, que acabou por culminar no PNRS em 2010. O PNRS trouxe avanços conceituais como gerenciamento e maior responsabilização do setor público, principalmente estados e municípios, os quais passaram a ter a obrigação de apresentar seus planos de resíduos sólidos. Da mesma forma, as empresas, através da política reversa, passaram a se responsabilizar pelos resíduos de seus produtos, por meio da coleta e reciclagem destes resíduos (BRASIL, 2010).

Fica evidente que essas leis fomentaram maior comprometimento dos gestores públicos e da sociedade, a fim de elencar os problemas, buscar alternativas e soluções e projetar ações para diminuir os impactos ambientais, econômicos, sociais e na saúde da comunidade, oriundos da má gestão dos resíduos. Nesse sentido, para elaborar um plano de resíduos sólidos, primeiramente, é necessária a verificação da existência de leis que deem suporte legal para a criação de um plano de gestão dos resíduos. A realização de pesquisa do perfil social da população, com intuito de obter dados referentes aos costumes de consumo e à geração de resíduos pode ajudar sobremaneira no planejamento de ações e impactar na definição dos investimentos.

Outro fator importante é a projeção dos custos e a forma como este plano será efetivado, a fim de se buscar a provisão de recursos financeiros. As orientações de caráter técnico deverão definir o tipo de instalações e os equipamentos necessários para que o planejamento alcance êxito, bem como identificar quais os aspectos e atividades que irão gerar impactos ao meio ambiente, sejam eles os recursos da natureza e também as pessoas da comunidade.

## **Método da pesquisa**

A metodologia da pesquisa foi qualitativa, a qual se apresentou como abordagem adequada para contemplar os aspectos de caracterização da realidade local a ser estudada. De acordo com Serrano (2004), a pesquisa qualitativa preocupa-se mais com o entendimento e a forma sobre como os fatos e situações se desenrolam do que propriamente em determinar as causas para os mesmos.

Ademais, este artigo resulta de um estudo exploratório para diagnosticar a situação atual da UTL de Estrela, centrando-se em um estudo de caso. Quanto

às técnicas para a coleta de dados, foi realizada uma pesquisa documental e, após, feita a análise dos documentos disponíveis. Foram selecionados aqueles documentos que puderam ajudar a reconstruir a memória referente aos resíduos sólidos, através de diagnóstico local, projetos, relatórios públicos diversos e artigos técnicos. Nesse sentido, realizaram-se entrevistas, tanto com pessoas que trabalharam na Prefeitura de Estrela antes da implantação da UTL, bem como trabalhadores atuais.

Também foram feitas consultas a documentos públicos e estatísticas referentes aos resíduos sólidos. Foram coletadas informações através de documentos e de relatórios anuais de gestão das Secretarias do Meio Ambiente, da Administração e Recursos Humanos e da Fazenda do Município de Estrela. Portanto, para a coleta de dados foram usadas as seguintes fontes de dados: análise de documentos e entrevistas semiestruturadas. A Tabela 1 apresenta a caracterização das sete entrevistas realizadas para este diagnóstico.

**Tabela 1:** Entrevistas realizadas.

<b>Local</b>	<b>Função</b>	<b>Quantidade</b>
Contexto Interno da UTL	Coordenador	1
	Trabalhadores de serviços gerais	3
Contexto Externo da UTL	Secretário do Meio Ambiente	1
	Biólogo	1
Contexto Externo Memórias	Ex-trabalhador da limpeza urbana	1

**Fonte:** Autores (2022).

As entrevistas foram realizadas do período de janeiro a março de 2020, as quais foram gravadas em áudio, depois de autorizadas pelos entrevistados por meio de assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Em uma etapa posterior, as entrevistas foram transcritas integralmente para posterior triangulação de dados e análise. Após, os dados foram sistematizados e analisados, utilizando-se a análise de conteúdo de Bardin (2011).

## **Resultados e discussão**

### ***Usina de Tratamento de Lixo (UTL) de Estrela/RS***

Estrela é um Município localizado na mesorregião Centro Oriental Rio-Grandense e na microrregião de Lajeado-Estrela, no Vale do Taquari. Possui uma área de 184,6 km<sup>2</sup>, distante 113 km da capital, Porto Alegre, e tem população estimada em 34.116 habitantes - conforme estimativa do IBGE publicada em 2019. De acordo com o Censo do IBGE (2010), o Município de Estrela possuía 84,63% da população na área urbana, sendo estimado que 28.872 pessoas residiam nos treze bairros existentes da cidade. A maioria dos bairros eram essencialmente residenciais, sendo que em cinco bairros encontrava-se uma maior concentração do número de empresas, em virtude desses locais serem lindeiros com a BR-386 ou com a RSC-453 (Rota do Sol), sendo eles o bairro das Indústrias, Boa União, Oriental, Estados e Pinheiros.

Revbea, São Paulo, V. 18, Nº 3: 384-399, 2023.

A UTL de Estrela foi inaugurada no ano 2000 e passou a funcionar no Distrito de Delfina, interior do Município, numa área de 3,9 hectares. Até o seu fechamento, em 16 de junho de 2020, anunciado durante a pandemia por Coronavírus (COVID-19), trabalhavam no local 40 pessoas, entre funcionários contratados, concursados e cargos de confiança. No local existia também uma célula de rejeitos onde eram depositados os materiais que não eram separados ou reciclados. Todo o local tinha monitoramento por câmeras de segurança, sendo que o ponto de controle das imagens ficava na UTL, e ocorria 24 horas por dia, ficando gravado por até 45 dias.

A Administração de Estrela realizava de três a quatro licitações anuais através de leilões, com a finalidade de vender os materiais que eram separados na UTL durante determinado período. Para o funcionamento da UTL em 2019 foram gastos R\$1.466.322,02 somente com pagamento de mão de obra. Foi arrecadada com os três leilões realizados de materiais reciclados a quantia de R\$ 386.200,50, conforme informações do setor de contabilidade da Secretaria Municipal da Fazenda, fornecidas através dos relatórios de demonstrativos de receitas e da execução orçamentária das despesas de 2019.

O Município tem licitada a 'coleta' de resíduos secos e resíduos orgânicos com uma empresa privada, sendo que há um calendário de coleta seletiva em Estrela desde 2003. No site da Prefeitura de Estrela, página Portal da Transparência, foi orçado para 2020 o valor de R\$ 1.391.000,00 no item "Manutenção dos Resíduos Sólidos".

### ***Análise da UTL até seu fechamento***

Entre os aspectos internos da UTL, encontra-se a categoria dos recursos, estrutura e máquinas, a dos processos internos da UTL, seguida dos aspectos da matéria-prima e finalizando com a categoria da gestão, que está dividida nas subcategorias da liderança, seguida da mão de obra e controles e finalizada com sentido do trabalho para os trabalhadores da UTL.

A respeito dos recursos, estrutura e máquinas, os dados apontam que a estrutura da UTL se encontrava fragilizada, pois aparecem evidências e relatos de que, nos dias de ventania, o galpão balançava, havia falta de máquinas e as mesmas não estavam em condições de uso, bem como ofereciam perigo para os trabalhadores. Ficou evidente também a falta de recursos, quando o entrevistado 4 diz que "sempre nessa lenga-lenga, falta uma coisa, falta isso, falta aquilo", o que é reforçado pelo Entrevistado 5, que diz que a UTL está sucateada, pois desde a sua inauguração não se investiu mais dinheiro lá.

Para Halbwachs (1990), a memória coletiva se constitui das mais variadas memórias individuais, sobre determinado ponto de vista, sendo que essa visão se altera de acordo com a localização de quem a descreve. Observa-se que a descrição realizada pelos trabalhadores aponta problemas estruturais no galpão, no maquinário, falta de investimento, quando, por exemplo, o entrevistado 4 diz que: "Olha o estado disso ali, se vai olhar mesmo, nem podia

trabalhar dentro ali né, que é um perigo. E assim vai. Mas a gente continua, a gente precisa trabalhar”.

Já quando o Secretário do Meio Ambiente se refere ao local: “inaugurou-se em 2000, era moderno, e hoje nunca mais se gastou um único centavo lá e hoje está totalmente sucateado. Inclusive, sem muitas condições de continuar operando do jeito que está” (Entrevistado 5), denotando invisibilidade por parte do poder público. Sendo assim, há evidências de que a visão se altera conforme a localização de quem a descreve, segundo Halbwachs (1990), pois a memória coletiva se constitui das mais variadas memórias individuais. Pode-se observar diferenças do ponto de vista dos funcionários e do secretário. Para os primeiros, a fragilidade na estrutura da usina os preocupa, mas a manutenção de seus empregos é mais importante. Já para o secretário, a falta de condições de continuar operando, mesmo que por falta de investimento da Prefeitura por 20 anos, pode ser uma oportunidade para seu fechamento e terceirização.

Com relação à liderança, a análise denota certa contradição, pois quando alguns trabalhadores da operação são entrevistados, apresentam entendimentos contrastantes, como o entrevistado 2, para quem “se dão tudo bem”. Para o entrevistado 3, enquanto ele se dá bem com a coordenadora, percebe que isso não acontece com todos os colegas; e o entrevistado 4 que prefere não se manifestar, demonstrando resistência para falar sobre o assunto. Percebe-se que todos os entrevistados evidenciam o ponto de vista individual na relação com a coordenação e não o grupal. Nesse sentido, para Halbwachs (1990), a memória coletiva é composta de diferentes memórias individuais e para Pollak (1992), as lembranças podem ser rememoradas em função de determinado tempo de vivências, sendo esta uma memória ligada a um período específico ao qual é relacionado a algum acontecimento pessoal ou do grupo.

Há evidências de problemas estruturais que podem colocar em risco os trabalhadores, como galpão que balança com a ventania, isolamento elétrico de máquinas, etc. Em fevereiro de 2020, em reportagem do Jornal A Hora, o setor de triagem da UTL foi interditado porque as prensas estavam com problema, inclusive com choques elétricos, podendo causar danos aos funcionários, os quais foram liberados. Estes aspectos denotam características de invisibilidade da UTL para o poder público e para toda a sociedade estrelense.

Tal invisibilidade se evidencia na falta de investimento, até mesmo para fazer a manutenção, pois “inaugurou-se em 2000, era moderno, e hoje nunca mais se gastou um único centavo lá e hoje está totalmente sucateado. Inclusive, sem muitas condições de continuar operando do jeito que está” (Entrevistado 5). Como resultado da invisibilidade, entre outras inúmeras causas, ocorreu a interdição da UTL (em fevereiro de 2020), porque oferecia riscos aos funcionários. Segundo as evidências, os trabalhadores estavam correndo risco de sofrer choques elétricos, possuindo esta constatação coerência com a percepção de um contexto de periculosidade como evidenciado em entrevistas no item estrutura.

Para Schwengber (2019) e Cavalcante, Caldeira e Sousa Júnior (2022), a invisibilidade para quem trabalha com o lixo não é recente. Ela ocorre desde os primórdios e inclusive na sociedade atual. Isso acontece porque a memória da invisibilidade do trabalho dos catadores emerge relacionada à questão econômica e descende principalmente do estigma construído na sua trajetória de trabalho.

Mesmo que Schwengber (2019) tenha se referido aos catadores individuais e cooperativados, pode-se transpor este entendimento para os trabalhadores da UTL, uma vez que, nas palavras do Secretário do Meio Ambiente, “a baixa qualificação das pessoas que trabalham lá, até porque a remuneração é baixa e daí a questão social pesa muito, porque muita gente não iria trabalhar lá, porque é uma questão insalubre, é uma questão de periculosidade e insalubridade. Eu acho que acaba, que acaba... Tu mexer no lixo das pessoas é um serviço que, de certa forma, é degradante”.

Os próprios trabalhadores podem sentir, a exemplo das análises de Schwengber (2019, p.209), um sentimento de insignificância, *“tornando-se um desafio para não se sentirem como ‘lixo’, usados e descartados dentro de um processo sutil de exploração e exclusão [...] leva a uma memória social de fracasso que influencia na identidade do catador trazendo atitudes de conformismo e dificuldade no entendimento dos seus direitos”*.

Chama a atenção que todos os resíduos (lixo seco/pré-separado ou lixo úmido/misturado) passavam pela esteira, onde cada funcionário classificava (retirava da esteira manualmente) tipos de materiais que podiam ser revendidos, o que equivale à triagem dos materiais. O fato de que todos os tipos de resíduos passavam pela esteira para catação manual pode ser visto como um tipo de ‘abuso’ sobre o trabalhador, em uma época em que a população está cada vez mais realizando a separação de seu lixo em casa, tornando o trabalho ainda mais degradante.

Com relação à percepção sobre a importância que percebem em trabalhar na UTL, alguns veem a importância pela própria subsistência, e há muitas evidências de preconceito pelo fato desses trabalhadores lidarem com o lixo, “que é um serviço muito sujo” (Entrevistado 2). Apenas o entrevistado 6 disse gostar do seu serviço: “se eu não gostasse não estaria aí há 15 anos”.

O Secretário do Meio Ambiente entende que este é um trabalho degradante, visto como última opção para uma pessoa. Essas evidências podem ser analisadas, segundo Schwengber (2019, p. 209), que concluiu que “a origem da memória social aceita pela classe dominante, que cria um processo seletivo derivado da constituição própria de seus valores, invisibiliza as memórias subterrâneas dos grupos explorados e estigmatizados” (SCHWENGBER, 2019, p.209).

## Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi construir memórias por meio de um diagnóstico sobre o tratamento dos resíduos na UTL de Estrela, sob a perspectiva da memória social. Foi realizado um estudo de caso na UTL de Estrela, RS, onde foram entrevistadas sete pessoas e analisados documentos. O diagnóstico apontou, além de uma fotografia da situação da UTL até o momento do seu fechamento, avanços que puderam ser identificados, processos que estavam obsoletos e que demandavam recursos, bem como a identificação de serviços degradantes e arriscados.

O Município de Estrela não possui Plano Municipal de Resíduos Sólidos específico, estando essa temática embutida no Plano Municipal de Saneamento Básico, o que dificulta o balizamento de uma política pública mais eficaz nesse sentido. Também, em virtude da dificuldade do acesso ao PMSB hoje vigente, torna-se imprescindível a sua publicização, pois o mesmo encontra-se somente em meio físico, portanto, de difícil acesso à comunidade. Sugere-se que o plano esteja disponível nos sites dos Poderes Executivo e Legislativo de Estrela, para se ter maior controle social e transparência.

De outro lado, em função da relevância do tema, seria importante que o município de Estrela elaborasse um Plano Municipal de Resíduos Sólidos, com encaminhamento posterior de projeto de lei, visando uma maior discussão do tema com a sociedade e os legisladores, até porque o processo de licitação da UTL encontra-se em fase final, sendo que ao se confirmar a concessão, os critérios técnicos desta política pública precisam ser acompanhados. Com a real possibilidade de assunção da UTL pela iniciativa privada (sendo que a licitação está em fase final), torna-se iminente uma definição mais clara e objetiva sobre os resíduos sólidos, uma vez que mesmo sendo terceirizado todo o complexo da usina, ela ainda será de responsabilidade do poder público de Estrela.

Em função de não haver um planejamento específico, fica claro que a UTL não tinha sustentabilidade, em virtude de não terem sido realizados investimentos em atualização de processos, de layout, de maquinários nos 20 anos de atuação, estando a usina sucateada. Esta situação acabou diminuindo o retorno financeiro da mesma, prejudicando seu resultado final, inclusive colocando em risco a vida dos funcionários que lá trabalhavam em algumas situações.

Sobre a questão do custo financeiro, as análises indicam que a gestão da UTL não foi realizada da melhor forma técnica e profissional, pois como pode se verificar nos dados anteriores, sem contarmos com os custos de manutenção e funcionamento de máquinas pesadas e outros veículos utilizados, o resultado financeiro negativo foi muito elevado. Também não foram computados nesses resultados os investimentos que precisam ser realizados em termos de infraestrutura e equipamentos para garantir as condições de funcionamento.

Essa conclusão tem por base o processo licitatório nº 008-04/2020, que trata da concessão geral da UTL, onde consta que o valor máximo a ser pago

pelo Município para a destinação de resíduos será de R\$ 103,32 por tonelada. Tomando por base os dados de coleta do ano de 2019, a Administração Municipal teria como custo R\$ 648.963,25, levando-se em conta o valor máximo desta licitação. No entanto, o custo operacional em 2019, computados somente os encargos sociais e salários, diminuídos daí as entradas pelos materiais leiloados, foi de R\$ 1.074.000,00. Tem-se uma diferença de custo operacional somente com a mão de obra e encargos de aproximadamente R\$ 425 mil, perfazendo um custo de R\$ 170,99 por tonelada.

Salienta-se que a usina está aquém das novas tecnologias mundiais que lidam com resíduos. Por fim, as sugestões trazidas condizem com as diretrizes do Planejamento Estratégico de Estrela para os próximos 20 anos, uma vez que a visão de Estrela para 2035 é ser referência em qualidade de vida e a missão de Estrela é ser uma comunidade que promove, de forma sustentável, o desenvolvimento humano, social, cultural e econômico com ousadia, sinergia e inovação, para a qualidade de vida e cidadania plena.

## Referências

- ABNT. **NBR 10004:2004**. Trata da classificação dos Resíduos sólidos. 2004.
- ABRELPE. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2017**. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3R7g01h>. Acesso em: 26 jul. 2022.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BONATO, S.; SCHWANTZ, P. I.; PRESTES, M. M. B.; BOHRER, R. E. G.; LARA, D. M. administração pública no âmbito da gestão de resíduos sólidos: um diagnóstico no município de Soledade/RS. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**, v. 11, n. 1, p. 128-153, 2021.
- BRASIL. **Decreto Nº 7.217, de 21 de junho de 2010**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7217.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7217.htm). Acesso em: 26 jul. 2022.
- BRASIL. **Lei 12.305/2010, de 02 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm). Acesso em: 03 abr. 2022.
- BRITO, I. K.; MARQUES DE ARAÚJO, G.; MATIAS, R.; OLIVEIRA, A. K. M. de. Educação Ambiental na gestão dos resíduos sólidos gerados por eventos culturais no Parque das Nações Indígenas, Campo Grande (MS). **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 17, n. 3, p. 480-497, 2022.
- CAVALCANTE, L. M. S.; CALDEIRA, V. P. S.; SOUSA JÚNIOR, F. S. Educação Ambiental e catadores de materiais recicláveis: diagnóstico do trabalho dos catadores do município de Mossoró (RN). **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 17, n. 4, p. 318-330, 2022.

GEBER, F. M.; SOUZA, M. C. R. F. de; CAMPOS, R. B. F. Potencial educativo em Unidade de Conservação: o caso do Parque Natural Municipal de Governador Valadares (MG). **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 17, n. 3, p. 259-280, 2022.

GONÇALVES, C. V., MALAFAIA, G.; CASTRO, A. L. D. S.; VEIGA, B. G. A. D. A vida no lixo: um estudo de caso sobre os catadores de materiais recicláveis no município de Ipameri, GO. **Holos**, v. 2, p. 238-250, 2013.

GONDAR, J.; DODEBEI, V. **O que é Memória Social?** Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2005.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 1990.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Traduzido do original francês La Mémoire Collective, Presses Universitaires de France Paris, França, 1968.

IBAMA. **Instrução Normativa Ibama Nº 13 de 18 de dezembro de 2012**. 2012. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=248656>>. Acesso em: 25 jul. 2022.

IBGE. **Censo 2010**. 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>>. Acesso em: 26 jul. 2022.

IBGE. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais**. Perfil dos Municípios Brasileiros Saneamento básico: Aspectos gerais da gestão da política de saneamento básico. 2017.

IBGE. **População estimada 2019**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/estrela.html>>. Acesso em: 07 mai. 2022.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável – Brasil**. 2013. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/situacao\\_social/131219\\_relatorio\\_situacaosocial\\_mat\\_reciclavel\\_brasil.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacaosocial_mat_reciclavel_brasil.pdf)>. Acesso em: 29 jul. 2022.

MAIELLO, A.; BRITTO, A. L. N. P.; VALLE, T. F. Implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. **Rev. Adm. Pública**, v. 52, n. 1, p. 24-51, 2018.

MDR. Ministério do Desenvolvimento Regional. Secretaria Nacional de Saneamento - SNS. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos – 2017**. Brasília: 2019.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **ICLEI - Brasil Planos de gestão de resíduos sólidos: manual de orientação**. Brasília, 2012.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n. 10, 1992.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA. **A Estrela Que Queremos**. Planejamento Estratégico de Estrela 2015 a 2035. 2015.

Revbea, São Paulo, V. 18, Nº 3: 384-399, 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA. **Lei Orgânica Municipal**. Estrela-RS. 2010.

SANTOS, M. M.; MORAES, E.; RODRIGUES, C. V. L. Influência da Reciclagem na Vida Útil de Uma Célula de Um Aterro Sanitário: Estudo de Caso de Londrina –PR. **Anais**. 9º Fórum Internacional de Resíduos Sólidos. Porto Alegre. 2018.

SCHWANTZ, P. I.; ROTH, J. C. G.; SANTOS, E. F.; LARA, D. M. Reciclagem de resíduos oleosos: ação de sensibilização ambiental com alternativas de reciclagem pela produção artesanal de sabão. **Revista Estudo & Debate**, v. 26, n. 1, 2019.

SERRANO, G. Metodologias de Investigação em Animação Sociocultural. *In*: TRILLA, J. (Ed.). **Animação Sociocultural**: Teorias, Programas e Âmbitos. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

SCHWENGBER, D. **Memórias da (in) visibilidade: catadores do Brasil e biffins da França**. 2019.

SOUZA, M. **Estrela produz 16,7 toneladas por dia**. Apenas 20% são reciclados. 2019. Jornal A Hora. Disponível em: <<https://grupoahora.net.br/conteudos/2019/07/18/estrela-produz-167-toneladas-por-dia-apenas-20-sao-reciclados/>>. Acesso em: 04 jul. 2022.